

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A. – Em Recuperação Judicial

Companhia Aberta
CNPJ/ME: 10.678.505/0001-63
NIRE: 35.300.366.476

FATO RELEVANTE

A **CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A. – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), em atendimento ao disposto no §4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alteradas, vem informar à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), a seus acionistas e ao mercado em geral, que, dando continuidade ao divulgado no Fato Relevante de 8 de agosto de 2021, tomou conhecimento que, na data de hoje, 20/09/2021, os titulares de Debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em série única, para Distribuição Pública da Companhia, reunidos em assembleia ("AGD"), deliberaram pela aprovação das seguintes matérias:

- a) "da venda da totalidade das ações de emissão da Emissora ("Ações"), atualmente detidas por AB Concessões S.A. ("AB Concessões"), nova denominação da Infra Bertin Participações S.A., e Lineas International Holding B.V. ("Lineas"), nova denominação da Ascendi International Holding B.V., para o Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, constituído nos termos da Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 35.654.738/0001-57 ("FIP"), representado por sua gestora Geribá Investimentos Ltda., instituição devidamente autorizada e habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, à administração de carteiras de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 10.454 de 24/06/2009, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, localizada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 750, conjunto 173, Itaim Bibi, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.467.534/0001-86 ("Geribá"), atualmente alienadas fiduciariamente em garantia aos Debenturistas nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, celebrado em 22 de maio de 2013, conforme aditado ("Contrato de Alienação Fiduciária") e sendo certo que o FIP atuará como veículo acionista da Emissora e terá como cotistas os Debenturistas que formalizarem esta Opção de Pagamento nos termos do plano de recuperação judicial da Emissora, após homologado, de forma desvinculada do Agente Fiduciário desta Emissão ("Plano de Recuperação Judicial") apresentado nos autos do processo de recuperação judicial da Emissora (folhas 4.281/5.143), em trâmite perante a 1ª Vara Judicial da Comarca de Salto, Estado de São Paulo, sob o nº 1005820-93.2019.8.26.0526 ("Processo de Recuperação Judicial"). O instrumento de compra e venda das Ações ("Contrato de Compra e Venda") está disponível nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser solicitado ao Agente Fiduciário no endereço eletrônico contencioso@pentagonotrustee.com.br. O Contrato de Compra e Venda prevê, entre outras condições, que a implementação da venda das Ações estará condicionada, entre outras, à aprovação da ARTESP e à aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial para resguardar os direitos da comunhão dos Debenturistas, sendo que as garantias fiduciárias da Escritura da Emissão (alienação

fiduciária das ações e cessão de recebíveis) serão extintas nos termos previstos no Plano de Recuperação Judicial (“Transação”);

- b) da proposta de Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Emissora, no âmbito do Processo de Recuperação Judicial (folhas 4.281/5.143), conforme a íntegra do Plano de Recuperação Judicial e seus anexos, que estão disponíveis nos canais indicados na seção “Instruções Gerais” e que também poderão ser solicitados ao Agente Fiduciário no endereço eletrônico contencioso@pentagonotrustee.com.br;
- c) em caso de aprovação da proposta de Plano de Recuperação Judicial acima, aprovar a assinatura, pelo Agente Fiduciário, de termo de adesão ao Plano de Recuperação Judicial, no âmbito do Processo de Recuperação Judicial (“Termo de Adesão”), com autorização para imediata entrega do Termo de Adesão à Emissora, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda e vinculação dos Debenturistas aos Termo de Adesão e ao Plano de Recuperação Judicial, inclusive no caso de cessão de crédito ou individualização, conforme autorizam os artigos 39, §4º, inciso I e 56-A da Lei nº 11.101/2005 (“LFRE”), que determinam que as deliberações previstas na LFRE a serem realizadas em assembleia-geral de credores poderão ser substituídas, com idênticos efeitos, por termo de adesão firmado por tantos credores quantos satisfaçam o quórum de aprovação específico, para fins de submissão do Plano de Recuperação Judicial perante o juízo competente no âmbito do Processo de Recuperação Judicial, sendo certo que a íntegra do Termo de Adesão, a ser firmado pelo Agente Fiduciário na qualidade de representante da comunhão de Debenturistas, está disponível nos canais indicados na seção “Instruções Gerais” e também poderá ser solicitado ao Agente Fiduciário no endereço eletrônico contencioso@pentagonotrustee.com.br;
- d) conforme solicitação dos assessores dos Debenturistas, em decorrência da importância para implementação do Plano de Recuperação Judicial, aprovar todos os anexos e medidas necessárias à implementação da proposta de Plano de Recuperação Judicial, quais sejam: (i) a proposta para a outorga de mandato nos termos previstos no Plano de Recuperação Judicial e dos artigos 667 e seguintes do Código Civil (“Proposta Mandato”), com o fim de tomar todas as medidas necessárias para a representação dos Debenturistas que se enquadrarem na Opção A de Pagamento (conforme definida no Plano de Recuperação Judicial), como, por exemplo, representação dos debenturistas perante à B3, Custodiantes, Escriturador e demais entes que se façam necessário, sendo certo que a íntegra da Proposta Mandato, com exposição clara dos poderes a serem outorgados, está disponível nos canais indicados na seção “Instruções Gerais” e também poderá ser disponibilizada pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico contencioso@pentagonotrustee.com.br; e (ii) o aditamento às propostas de honorários dos assessores legal e financeiro dos Debenturistas (“Proposta de Aditamento aos Honorários”), consoante previsto no Plano de Recuperação Judicial, sendo certo que a íntegra da Proposta de Aditamento aos Honorários a ser aprovada está disponível nos canais indicados na seção “Instruções Gerais” e também poderá ser solicitada ao Agente Fiduciário no endereço eletrônico contencioso@pentagonotrustee.com.br;
- e) conforme solicitação dos assessores dos Debenturistas, em decorrência da importância para a Transação e implementação do Plano de Recuperação Judicial, aprovar os termos

e condições da Proposta Vinculante de Condições para Atuação Geribá ("Proposta Geribá"), apresentada pela Geribá aos Debenturistas, com a interveniência da Geribá RE Investimentos Imobiliários e Participações II Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 16.699.675/0001-00, que terá como objeto a definição dos termos e condições da operação envolvendo as partes celebrantes, a fim de, em síntese, estruturar, constituir e manter o FIP até a implementação das Opções A e B de pagamento conforme o Plano de Recuperação Judicial, visando o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, sendo certo que a íntegra da Proposta Geribá e anexos que serão objeto de deliberação e possível aprovação nesta AGD estão disponíveis nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderão ser solicitados ao Agente Fiduciário no endereço eletrônico contencioso@pentagonotruster.com.br;

- f) no contexto da Transação, a conversão dos Créditos Intercompany, conforme definidos na proposta do Plano de Recuperação Judicial, hoje existentes entre a Emissora e seus acionistas, no valor total R\$ 128.875.585,86 (cento e vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), incluindo principal, juros, encargos e correção monetária até a data do ajuizamento da Recuperação Judicial pela Emissora (data-base 11/11/2019), em debêntures privadas simples não conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Emissora, a serem emitidas pela Emissora em favor dos atuais acionistas, sendo certo que os documentos relativos a referida emissão de debêntures estão disponíveis nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderão ser solicitados ao Agente Fiduciário no endereço eletrônico contencioso@pentagonotruster.com.br ("Novas Debêntures"); e
- g) a cessão, pelos atuais acionistas ao FIP, das Novas Debêntures, sendo certo que os documentos relativos a referida cessão estão disponíveis nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderão ser solicitados ao Agente Fiduciário no endereço eletrônico contencioso@pentagonotruster.com.br ("Cessão das Novas Debêntures").

A ata da AGD encontra-se disponível, na íntegra, no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.rodoviasdotiete.com.br/ri>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3. S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

O Contrato de Compra e Venda prevê, entre outras condições, que a implementação da venda das Ações estará condicionada, entre outras, à aprovação da ARTESP e à aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado devidamente informados sobre o tema deste Fato Relevante, nos termos da legislação aplicável.

Salto, 20 de setembro de 2021

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – Em Recuperação Judicial

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
Diretor de Relações com Investidores
<http://www.rodoviasdotiete.com.br>
ri@rodoviasdotiete.com.br
+55 11 4602 7900